



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009483-95.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Usucapião - Usucapião Ordinária**
 Requerente: **Dolores Frutuoso Medeiros**
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>
 Informação indisponível >>:

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

DOLORES FRUTUOSO MEDEIROS intentou ação de usucapião da área indicada na inicial, melhor descrita no memorial descritivo de fls. 8/9. Preliminarmente pleiteou pelo benefício da justiça gratuita. No mérito, informou que realizou a compra do bem, junto com seu marido já falecido, em 1965 e posteriormente, em 1976, de mais uma área desmembrada, nos fundos do imóvel, o que fez surgir área única, descrita à fl. 2. Alegou ter a posse mansa e pacífica do imóvel com ânimo de proprietária desde 1965, sendo a usucapião necessária à regularização do imóvel junto ao Cartório de Registro Civil.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 06/35 e posteriormente às fls. 39/45.

Deferida a gratuidade às fls. 47/48.

A União informou não ter interesse no feito (fls. 79/80), o mesmo ocorrendo com a Fazenda Pública Estadual (fls. 77/78). O município, citado (fl. 64), não se manifestou.

Intimado, o MP deixou de intervir, diante da ausência de interesse público na lide em questão (fl. 65).

Citados os confrontantes (fls. 67, 69, 71 e 73) e realizada a citação por edital de eventuais interessados (fl. 59), não veio aos autos nenhuma contestação.

Intimada para atuar como curadora especial, a Defensoria Pública se manifestou à fl. 85, alegando pela desnecessidade de atuação em defesa dos interesses dos réus incertos, desconhecidos e terceiros interessados, o que foi reconhecido à fl. 87.

Houve manifestação do CRI à fl. 94.

É o relatório.

1009483-95.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Cuida-se de ação de usucapião intentada visando a aquisição do domínio do imóvel, cuja posse se perfaz de maneira mansa e pacífica, há mais de 40 anos, pela autora. O imóvel descrito na inicial, que teria sido adquirido na totalidade, através de 2 contratos de compra e venda, pela autora e seu marido, no ano de 1965 e posteriormente, em 1976.

A usucapião é o modo originário de aquisição da propriedade e de outros direitos reais pela posse prolongada da coisa com a observância dos requisitos legais.

A cronologia indicada na inicial, sobre a transferência da posse do imóvel pode ser observada nos documentos de fls. 14/16, no sentido de ser a autora e seu esposo, já falecido, os atuais possuidores inequívocos e de boa-fé.

Dessa forma, e diante da inércia de possíveis interessados, assim como a manifestação concorde das Fazendas, o reconhecimento da propriedade é medida justa, inclusive porque o oficial do CRI entendeu que os requisitos estão preenchidos, como se percebe à fl. 94.

Assim, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de usucapião para declarar o domínio da promovente **Dolores Frutuoso Medeiros** sobre a área descrita na petição inicial e melhor discriminada no memorial de fls. 08/09, dando-a como proprietária da citada área.

Com a certidão de trânsito em julgado, servirá a cópia da presente decisão, devidamente acompanhada com as principais peças dos autos, como **MANDADO PARA REGISTRO**, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Em prestígio ao princípio da celeridade processual, e em observância à gratuidade concedida às fls. 47/48, caberá ao cartório providenciar a impressão e o encaminhamento dos documentos mencionados no parágrafo acima.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 14 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**